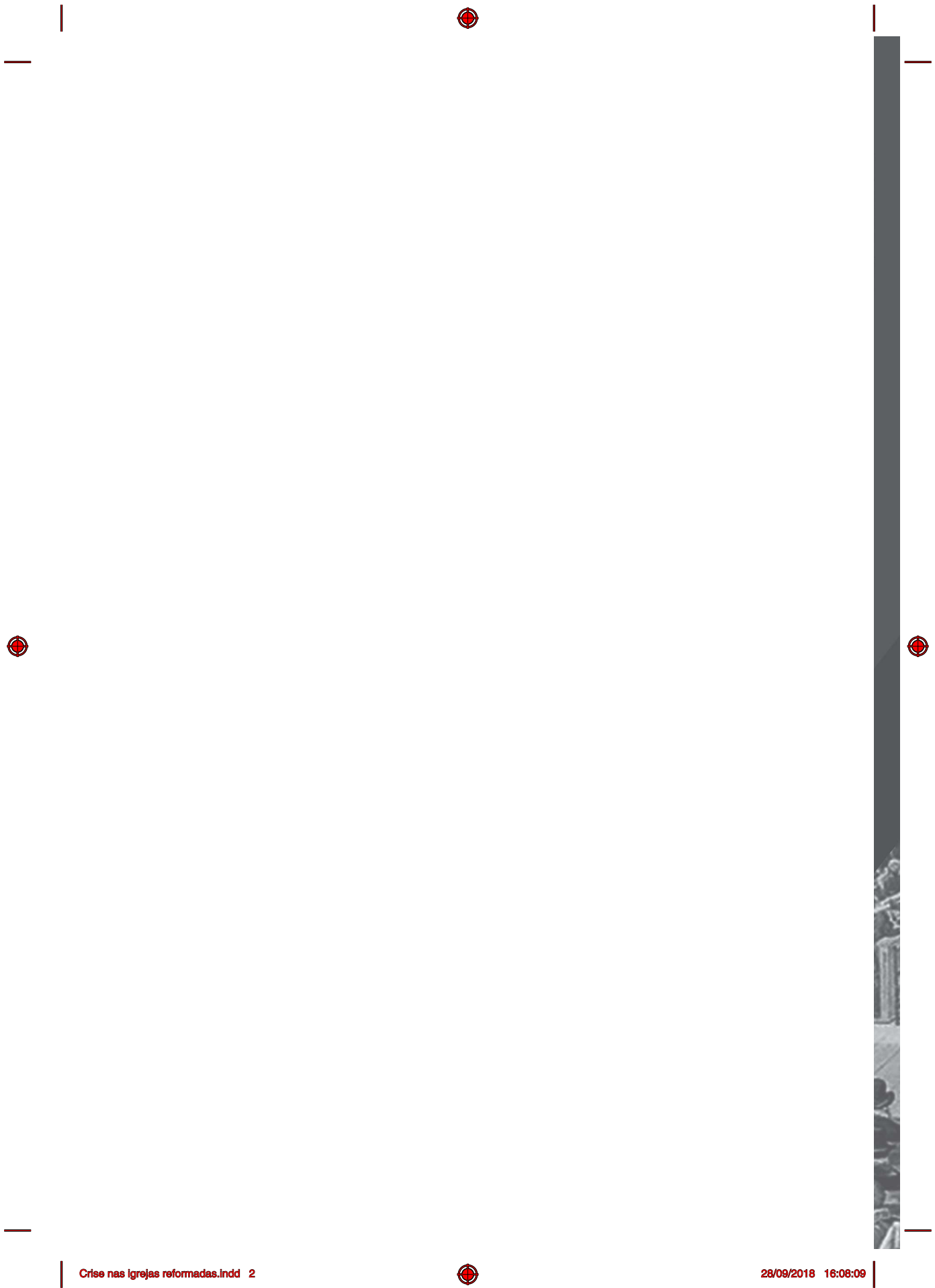


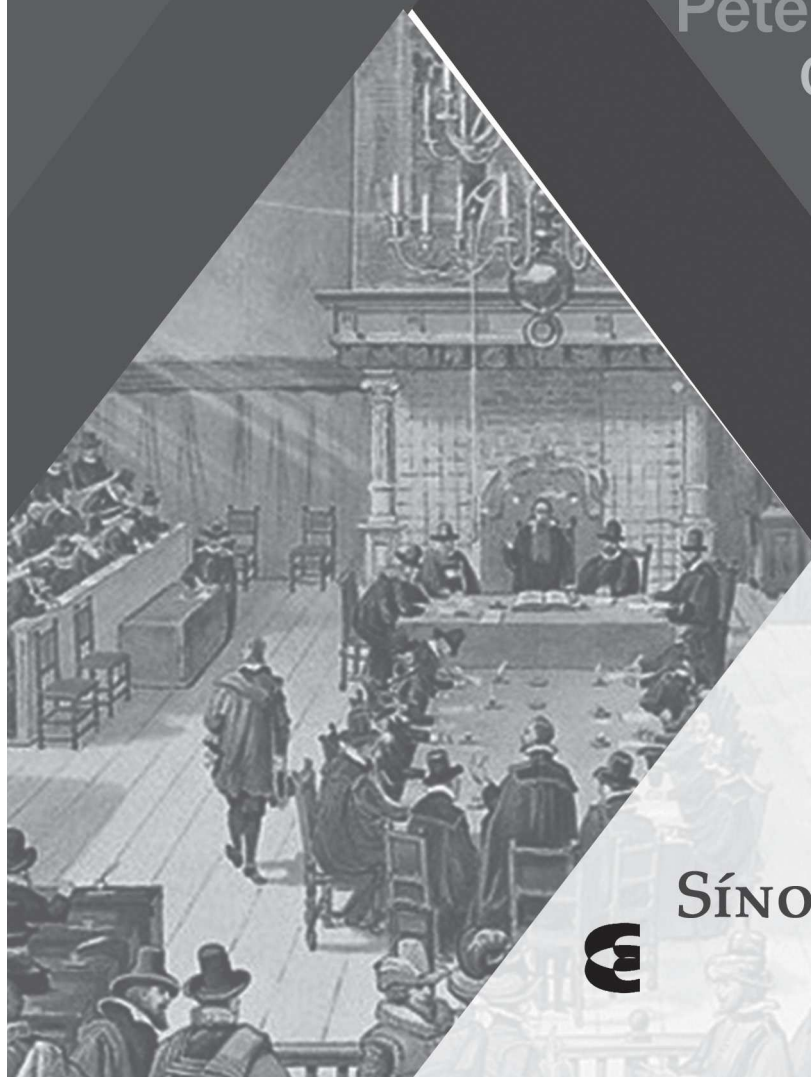
Crise nas igrejas reformadas



COM TRADUÇÃO ATUAL DOS CÂNONES DE DORT

CRISE NAS IGREJAS REFORMADAS

Peter Y. de Jong
Organizador



ARTIGOS EM
COMEMORAÇÃO
AO GRANDE
SÍNODO DE DORT
1618–1619





Crise nas Igrejas Reformadas, org. Peter Y. De Jong (org.) © 2018 Editora Cultura Cristã. © 1968, 2008 Reformed Fellowship, Inc. Publicado originalmente por Reformed Fellowship, Inc. com o título *Crisis in the Reformed Churches: Essays in Commemoration of the Great Synod of Dort*. Traduzido e impresso com permissão. Todos os direitos são reservados.

1ª edição 2018 – 3.000 exemplares

Conselho Editorial

Antônio Coine
Carlos Henrique Machado
Cláudio Marra (*Presidente*)
Filipe Fontes
Heber Carlos de Campos Jr
Marcos André Marques
Misael Batista do Nascimento
Tarcízio José de Freitas Carvalho

Produção Editorial

Tradução
Marcos Hediger
Vagner Barbosa
Revisão
Filipe Delage
Marcos Leonardo Paixão da Silva
Wilton Lima
Editoração
OM Designers
Capa
Magno Paganelli

D327c De Jong, Peter Y.
Crise nas igrejas reformadas / Peter Y. De Jong; tradução
Marcus Hediger e Vagner Barbosa. – São Paulo : Cultura
Cristã, 2018.
256 p.

Título original: Crises in the reformed churches

ISBN 978-85-7622-854-7

1. Soteriologia 2. Poimênica 3. História

I. Hediger, Markus II. Barbosa, Vagner III. Título

CDU-234

A posição doutrinária da Igreja Presbiteriana do Brasil é expressa em seus “símbolos de fé”, que apresentam o modo Reformado e Presbiteriano de compreender a Escritura. São esses símbolos a *Confissão de Fé de Westminster* e seus catecismos, o *Maior* e o *Breve*. Como Editora oficial de uma denominação confessional, cuidamos para que as obras publicadas espelhem sempre essa posição. Existe a possibilidade, porém, de autores, às vezes, mencionarem ou mesmo defenderem aspectos que refletem a sua própria opinião, sem que o fato de sua publicação por esta Editora represente endosso integral, pela denominação e pela Editora, de todos os pontos de vista apresentados. A posição da denominação sobre pontos específicos porventura em debate poderá ser encontrada nos mencionados símbolos de fé.



EDITORA CULTURA CRISTÃ

Rua Miguel Teles Júnior, 394 – CEP 01540-040 – São Paulo – SP

Fones: 0800-0141963 / (11) 3207-7099 – Fax (11) 3209-1255

www.editoraculturacrista.com.br – cep@cep.org.br

Superintendente: Haveraldo Ferreira Vargas

Editor: Cláudio Antônio Batista Marra



Sumário

Introdução à segunda impressão	7
Introdução à primeira impressão	9
Colaboradores	13
Um	
O surgimento das igrejas reformadas nos Países Baixos	15
<i>Peter Y. De Jong</i>	
Dois	
O contexto da controvérsia arminiana (1586–1618)	34
<i>Louis Praamsma</i>	
Três	
Principais vultos do Sínodo de Dort	50
<i>Simon Kistemaker</i>	
Quatro	
Os resgates doutrinários de Dort	61
<i>Fred H. Klooster</i>	
Cinco	
O Sínodo e a tradução da Bíblia	99
<i>Marten H. Woudstra</i>	
Seis	
A pregação e o Sínodo de Dort	116
<i>Peter Y. De Jong</i>	
Sete	
A importância dos Cânones para a obra pastoral	137
<i>Edwin H. Palmer</i>	

Oito

Calvino, Dort e Westminster sobre a predestinação –
um estudo comparativo 148
John Murray

Nove

Recentes críticas reformadas aos Cânones 157
Klaas Runia

Dez

A importância de Dort para os dias de hoje 175
Cornelius Van Til

Apêndice A

Tabela cronológica 188

Apêndice B

Notas biográficas 190

Apêndice C

A Remonstrância de 1610 197

Apêndice D

A Contrarremonstrância de 1611 200

Apêndice E

Comissários políticos designados pelos Estados Gerais 204

Apêndice F

Delegados ao Sínodo de Dort 206

Apêndice G

Remonstrantes citados para comparecer ao Sínodo 211

Apêndice H

As opiniões dos remonstrantes 213

Apêndice I

Os Cânones de Dort 220

Índice 249

Introdução à segunda impressão

Quarenta anos atrás, a diretoria da *Reformed Fellowship* comissionou nove homens, que hoje seriam considerados um “quem é quem” na teologia reformada, para comemorar o aniversário de 350 anos do Sínodo de Dort. Sob a liderança do organizador, Dr. Peter Y. De Jong, esses gigantes na fé escreveram sobre uma variedade de assuntos a respeito desse grande evento na história reformada. Suas colaborações levaram a comunidade cristã a um melhor entendimento da história e da necessidade do Sínodo de Dort, das figuras principais envolvidas no Sínodo e da aplicação das decisões tomadas no Sínodo de Dort para os tempos tumultuosos na igreja no século 17. Cada artigo refletia não somente a especialidade do escritor, mas também o seu amor pela fé reformada.

Nos anos seguintes, discussões sérias sobre o Sínodo de Dort sempre incluíam referências à *crise na fé reformada*. Historiadores, teólogos, alunos de seminário e ministros compartilhavam uma apreciação pela obra dos notáveis defensores da fé que defenderam sua posição no Sínodo de Dort e também pelos servos fiéis de Deus que diligentemente defenderam a fé reformada quando ela foi desafiada no século 20.

Quatro décadas depois de sua publicação original, a diretoria da *Reformed Fellowship* tem a honra de apresentar uma segunda impressão de *Crise nas igrejas reformadas*. Quando a igreja entra em um novo milênio, aqueles que abraçaram a fé reformada veem que a crise dentro da igreja não é limitada ao século 17 nem ao século 20. A igreja militante deve estar sempre pronta para prestar contas daquilo em que crê, defendendo sua fé arraigada na Palavra de Deus.

Entendendo nossa história, que a igreja avance até que o soberano Deus que a governa nos leve à igreja vitoriosa por meio de seu Filho, Jesus Cristo.

Em nome da diretoria e a serviço do Rei,

Rev. Wybren H. Oord
Organizador de *The Outlook*



Introdução à primeira impressão

Novembro próximo marca a passagem dos 350 anos desde a reunião do grande Sínodo de Dort. Sob a égide dos Estados Gerais da República Unida dos Países Baixos, delegados da igreja reformada de toda aquela terra se reuniram com representantes credenciados de vários ramos do cristianismo reformado na Europa. O objetivo da assembleia não era um diálogo teológico, mas deliberação e decisão eclesiástica. Ela foi, portanto, uma importante marca na história do início do protestantismo.

O Sínodo se reuniu para resolver uma crise que tinha se alastrado pela igreja e pela nação holandesa por mais de duas décadas. Aqui, os critérios da Reforma foram consolidados para alcançar um ministério mais eficaz e unido pela igreja de Cristo em uma época de mudanças e desafios. Muito frequentemente a catolicidade de seus interesses tem sido obscurecida por uma preocupação com a exoneração e eventual deposição de Armínio, cujas opiniões estavam em desarmonia com as declarações confessionais das igrejas. Embora esse assunto fosse de interesse imediato e central para o Sínodo, ele procurou regular a totalidade da vida e os labores da igreja de acordo com “a doutrina que é segundo a piedade”. Dessa forma, uma tentativa séria e baseada na Escritura foi feita para suprir a necessidade de seu próprio tempo. E a influência de Dort em e muito além dos confins dos Países Baixos continua em nossa época.

As configurações da crise na igreja e no mundo hoje diferem, de fato, daquelas dos dias do Sínodo de Dort. No entanto, as questões basilares permanecem notavelmente similares. Elas se referem à igreja e ao seu chamado no mundo de Deus, que está sofrendo uma crise para a qual a única solução satisfatória é o evangelho de nosso Senhor Jesus Cristo. A doutrina cristã, tão mal compreendida e até caluniada, sustenta uma conexão inegável com as perplexidades e provações humanas. As pessoas existem e vivem por aquilo que creem nos níveis mais profundos de sua existência. Assim, inevitavelmente, ainda que muitas vezes inconscientemente, elas ajudam a moldar a sociedade em que vivem.

Essa importância da doutrina cristã para a crise dos nossos dias foi indicada por J. S. Whale em *The Christian Tradition*, que nos lembra que

Sem uma fê transcendente similar [i.e., como a dos filhos da Reforma] o liberalismo é melancólico e perdido. Ele reclama que Hitler, Stalin ou qualquer ditador típico da era moderna não tem noção da santidade da personalidade individual. Isso é verdade. É a verdade mais assustadora de nossa época. Mas, se não há um Deus vivo, o soberano Criador e Redentor, em cuja imagem o ser humano foi feito, por que o indivíduo tem precedência sobre a massa, sobre o partido, ou a nação ou a raça?

É precisamente naqueles países que não se importam com a morte de Cristo que em pouco tempo passam também a não se importar com a vida humana. [...] Torna-se cada vez mais evidente para nós que o direito sagrado da pessoa humana individual é um direito *sagrado*, mas somente porque pressupõe uma fê dogmática na revelação do alto. [...]

Os calvinistas do século 17 perceberam isso. Questões teológicas eram sua comida e bebida. Ele perceberam que não podiam subsistir em casa, na sociedade e no Estado, não podiam construir escolas e pagar taxas e impostos contra a tirania espanhola e navegar pelos mares, a menos que, em seu coração, essas questões estivessem resolvidas. Por isso discutiam o que Deus tinha dito a eles em sua Palavra – sobre o mundo em que viviam, a profunda necessidade de todos os homens, a graça revelada em Cristo, o plano de Deus para a redenção humana, reconciliação e renovação e o chamado para viverem em obediência à vontade divina. Dort se importou com essas questões. E com essas questões a igreja, hoje, deve se preocupar diária e profundamente, se quiser solucionar a crise desta época.

Em comemoração a esse Sínodo, que tão evidentemente influenciou o curso da cristandade reformada desde então, este simpósio é apresentado. De modo nenhum todos os aspectos de suas contribuições para a vida das igrejas podem ser considerados. Somente uma introdução foi feita para aquilo que requer tratamento muito mais amplo e mais básico do que um único volume pode oferecer. No entanto, espera-se que, à luz destas páginas sobre o passado, a igreja professa de hoje possa, com maior clareza e convicção, advertir contra todo desvio em doutrina e dever ao proclamar, por palavras e atos, o glorioso evangelho da livre graça de Deus em Cristo Jesus.

Profunda apreciação é expressa aos colaboradores, cuja prontidão em escrever tornou possível este livro. Agradecimentos também são devidos ao Prof. Dr. Anthony A. Hoekema, do Calvin Theological Seminary, por sua tradução da *Sententia Remonstrantium*, e ao Prof. Merle Meeter, do Dordt College, pela ajuda em reunir material para o terceiro capítulo. Por apoio financeiro para a publicação agradecemos à comissão de negócios da Reformed Fellowship, Inc. O organizador assume a responsabilidade por preparar a maioria dos apêndices e pelo índice, que, embora de modo nenhum seja exaustivo, pode auxiliar os leitores.

Que o Senhor, que “reúne, defende e preserva para si mesmo, por seu Espírito e sua Palavra, na unidade da verdadeira fé, a igreja escolhida para a vida eterna”, empregue estas páginas para proporcionar um entendimento mais verdadeiro de um compromisso mais profundo com o evangelho da soberana graça de Deus como defendido pelos pais de Dort.

Peter Y. De Jong
Junho de 1968



Colaboradores

Peter Y. De Jong (1915–2005) serviu como pastor em várias igrejas na denominação Cristã Reformada e como professor de Teologia Prática no Calvin Theological Seminary, Grand Rapids, Michigan. Foi um dos fundadores do Mid-America Reformed Seminary em Dyer, Indiana. É autor de vários livros, entre eles *The Covenant Idea in New England Theology*, *Taking Heed to the Flock*, *The Ministry of Mercy for Today*, e *The Church's Witness to the World* (2 vols.).

Simon Kistemaker (1930–2017) foi professor de Novo Testamento no Reformed Theological Seminary. Sua obra principal, o *Comentário do Novo Testamento* em sete volumes, iniciada pelo Dr. William Hendriksen, foi publicada no Brasil, como também *As parábolas de Jesus*, *Os encontros de Jesus* e *Os milagres de Jesus*, todas da Cultura Cristã. Ex-presidente da Evangelical Theological Society, também serviu como seu tesoureiro, de 1976 a 1992.

Fred H. Klooster (1922–2003) serviu por muitos anos como professor de Teologia Sistemática no Calvin Theological Seminary, Grand Rapids, Michigan. É o autor de *The Incomprehensibility of God in the Orthodox Presbyterian Conflict*, *Calvin's Doctrine of Predestination*, *The Significance of Barth's Theology: an Appraisal*, e *Our Only Comfort*, um comentário abrangente do Catecismo de Heidelberg em dois volumes.

John Murray (1898–1975) nasceu na Escócia. Lecionou no Princeton Seminary e foi um dos fundadores do Westminster Theological Seminary, Filadélfia, onde serviu por muitos anos como professor de Teologia Sistemática. É autor de *Conduct: Aspects of Biblical Ethics*, *Divorce*, *Christian Baptism*, *Calvin on Scripture and Divine Sovereignty*, *The Epistle to the Romans* (2 vols.), e *Redenção consumada e aplicada*, esse último da Cultura Cristã.

Edwin H. Palmer (1922–1980), ministro da Igreja Cristã Reformada, também serviu como professor no Westminster Theological Seminary de 1960 a 1964. Foi secretário executivo do Comitê para a Tradução da Bíblia, que produziu a *New International Version*. É autor de *Scheeben's Doctrine of Divine Adoption*, *The Holy Spirit*, e *The Five points of Calvinism*, e organizador geral da *Encyclopedia of Christianity*.

Louis Praamsma (1910–1984) foi professor de História da Igreja no Calvin Theological Seminary, Grand Rapids, Michigan, de 1962 a 1963, e ministro da Igreja Cristã Reformada no Canadá. É autor de *Abraham Kuyper als Kerkhistoricus*, *Calvijn, Het dwaze Gods*, *De Belijdenis in de Crisis*, *Kerkenordening en Geschiedenis*, e *Let Christ Be King: Reflections on the Life and Times of Abraham Kuyper*.

Klaas Runia (1926–2006) foi professor de Teologia Sistemática no Reformed Theological College, Geelong (Victoria), Austrália, e professor de Teologia Prática no Seminário Teológico de Kampen, Países Baixos. É autor de *De Theologische Tijd bij Karl Barth met Name in zijn Anthropologie*, *I Believe in God*, *Karl Barth's Doctrine of Holy Scriptures*, e *Op zoek naar de Geest*.

Cornelius Van Til (1895–1987) foi professor de Apologética no Westminster Theological Seminary, Filadélfia, e é autor de *The New Modernism*, *The Case for Calvinism*, *Common Grace*, *Christianity and Barthianism*, *The Defense of the Faith*, *A Christian Theory of Knowledge*, *Apologética cristã* e *O pastor reformado e o Pensamento moderno*, esses dois últimos da Cultura Cristã.

Marten H. Woudstra (1922–1991) foi professor de Antigo Testamento no Calvin Theological Seminary, Grand Rapids, Michigan, e autor de *Calvin's Dying Bequest to the Church*, *The Ark of the Covenant from Conquest to Kingship*, e, publicado pela Cultura Cristã, o *Comentário de Josué*. Foi um dos tradutores da *New International Version* da Bíblia.

O surgimento das igrejas reformadas nos Países Baixos

Peter Y. De Jong

Que o grande Sínodo de Dort (1618–1619) merece ser lembrado como um dos dois ou três eventos decisivos na história dos Países Baixos tem sido amplamente reconhecido pelos historiadores. A história subsequente da nação holandesa ou das igrejas holandesas não pode ser corretamente entendida sem ele.

Aqui foi cruzado o limiar das dores do crescimento da adolescência para a maturidade que introduziu a “Era de Ouro da República Holandesa” – um período de uns 50 anos em que uma pequena nação estabelecida em uma região pantanosa coberta de névoa desfrutou de um padrão vivo sem igual naquela época, desenvolveu uma rica cultura da qual todas as classes sociais puderam participar, demonstrou bravura militar que manteve na baía poderosos monarcas e seus exércitos, e enviou navios pelos sete mares para estabelecer um império colonial que sobreviveu às vicissitudes dos séculos até tempos mais recentes. Só quando um descendente da casa de Orange, Guilherme III, que se casou com a filha de Carlos II, tornou-se soberano comum da Grã-Bretanha, a liderança entre as nações do norte da Europa passaram da Holanda para a Inglaterra. Nessa época, a têmpera do povo holandês tinha sido testada em uma série de conflitos e sucessos para se tornar aquilo que, em grande parte, permaneceu até hoje. E, nesse processo, Dort também teve seu papel.

Isso pode parecer uma avaliação estranha, visto que assembleias eclesiais são geralmente consideradas de pouca importância. Especialmente entre historiadores mais recentes, o papel da igreja na evolução de um povo e uma nação tem sido frequentemente obscurecido por uma preocupação excessiva com fatores econômicos, políticos e sociológicos. Não obstante, por mais importantes que esses fatores sejam para a história dos Países Baixos, eles não podem ser corretamente avaliados à parte do desenvolvimento religioso e eclesial que culminou em Dort.

Esse Sínodo tem sido avaliado muito diferentemente por muitas pessoas. Algumas o consideram pouco mais que um fenômeno passageiro na época de ouro da história holandesa. A outros ele sinaliza o triunfo para uma época de um sistema teológico severo, firme, sobre a mente de um povo que ama a liberdade,

obrigando uma conformidade que ameaçou extinguir tudo o que é único no temperamento nacional holandês. Para outros, ainda, continua sendo o ato culminante pelo qual o Senhor de toda a História mostrou favor à terra, protegendo a unidade política do povo e a integridade confessional da igreja. Dort, de fato, não foi uma assembleia política. Nem mesmo discutiu assuntos políticos. No entanto, não poderia se reunir sem aprovação política, e suas decisões não poderiam ser implementadas sem a subsequente aprovação e ação do Estado.

Esse entrelaçamento de interesses eclesiásticos e políticos nos leva a perguntar o que Dort fez de fascinante e frustrante. Em um sentido muito real, igreja e Estado cresceram juntos para formar a nação holandesa. Visto que o Sínodo de Dort só pode ser entendido nesse contexto, é essencial traçar o surgimento das igrejas reformadas naquela terra como contemporâneo com a luta por uma independência nacional.

A terra e seu povo

Durante o fim da era medieval e início da era moderna, os Países Baixos não eram a unidade relativamente homogênea étnica e politicamente que conhecemos hoje. No início do século 15, contudo, havia sinais do desenvolvimento que a tornariam grande por muito tempo.¹

Naquela época, esses territórios que ficavam ao longo do Canal da Mancha e do Mar do Norte eram, com exceção da Itália renascentista, os mais influentes de toda a Europa. Outros historiadores têm descrito em termos entusiasmados a indústria, a inteligência e a prosperidade do povo. Agricultura, manufatura e comércio eram igualmente lucrativos. Mais de 300 cidades, algumas delas entre as maiores do continente, eram sustentadas pelo que era comercializado nos mercados, cofres e cozinhas dos habitantes. Com portos voltados para o comércio doméstico e estrangeiro, um comércio empolgante e expansivo foi desenvolvido para o progresso da Holanda. E com quase todo mensageiro de terra ou mar vinham novas ideias. Tudo isso estimulava o povo. Sua engenhosidade era demonstrada na invenção de implementos e máquinas de todos os tipos e na aquisição da nova erudição, que deveria abalar os fundamentos de todo o mundo ocidental.

“Deus criou o mundo, mas o holandês criou os Países Baixos”, assim diz o famoso ditado. E, na medida em que o povo obteve grande parte da terra em que vivia e trabalhava do mar, sempre intruso, o ditado é verdadeiro. Mas, em

¹ As condições nos Países Baixos no início do século 15 são descritas especialmente por BLOK, P. J.: *A History of the People of the Netherlands*, 3 vols. Nova York: 1899–1900; e pela famosa obra de MOTLEY, John L.: *The Rise of the Dutch Republic*, 3 vols. Londres–Nova York: 1856, cujos relatos têm influenciado muitos historiadores da igreja. Veja também REITSMA, J.: *Geschiedenis van de Hervorming en de Hervormde Kerk der Nederlanden*, 4ª ed. Utrecht, 1933, p. 1-72 sobre as condições sociais, educacionais e religiosas do povo.

um sentido ainda mais profundo, o mar fez a Holanda. Sem seus caminhos não pisados, incansavelmente explorados, fretados e controlados, a história da igreja e da nação teria sido totalmente diferente. O mar expandiu os horizontes do povo. Ele o desafiou a enfrentar aquilo que é singular, independentemente de quanto seja formidável. Ele colocou força e obstinação na alma do povo. Ele o compeliu, enquanto se apegava tenazmente a um amor inato pela liberdade e pelo privilégio pessoal, a cooperar em buscar uma força ainda maior na unidade. Estes estão entre os ingredientes básicos, embora difíceis de compreender e indefiníveis, que também ajudam a contar a história de Dort. Aquela assembleia, por causa de seus relacionamentos peculiares com as ordens social, política e cultural, marca o tempo em que a Holanda começou a amadurecer.

No tempo da Reforma havia laços de vários tipos, sem uma unidade política e religiosa correspondente. Esses territórios eram unidos à Igreja Católica Romana e ao Sacro Império Romano, mas esses laços eram frouxos e, em grande medida, impostos de fora. Aqui, então, havia uma unidade que podia facilmente ser desfeita em mil pedaços antagônicos pelo espírito individualista e ferozmente independente de um povo que se recusava a se submeter a um rigor imprudente.

A unidade política era de um tipo estranho. O território consistia de um grande número de províncias, ducados, bispados e cidades quase independentes, todos zelosos de seus direitos herdados do passado. Grande parte da região tinha pertencido ao patrimônio dos príncipes de Burgúndia. Por meio de casamentos, compra e força das armas, tinham adquirido esse rico e poderoso domínio. Governando terras tão estrategicamente localizadas na foz de vários grandes rios, possuíam vantagens políticas e militares peculiares, que lhes permitiam resistir com êxito às ambições arrogantes da França, da Inglaterra e das vizinhas terras alemãs. Quando a linhagem dos príncipes da Burgúndia se extinguiu, com a morte de Carlos, o Audaz (1433–1477), todos esses territórios estavam sob seu controle, exceto o ducado de Guelders, os bispados de Liege e Utrecht e algumas regiões remotas a nordeste.

Agora a história dos Países Baixos se torna entrelaçada com a das maiores potências europeias, notavelmente Áustria e Espanha. Isso preparou o palco para os eventos tumultuosos e penosos do século 16.

Luís IX, da França, imediatamente tomou posse da Burgúndia com Charolais e Artois e tentou anexar, à força, a próspera província de Flanders.² Isso foi visto com olhos invejosos pelos ingleses, que dependiam muito do florescente comércio de lã com os Países Baixos. Entretanto, Maria, herdeira de Carlos, o Bravo, casou-se com Maximiliano I, da casa de Habsburgo. Esse foi um vínculo forte criado entre a Áustria e os Países Baixos que permaneceu por alguns séculos. Seu filho, por sua vez, casou-se com Joana, filha de Fernando e

² Sobre as aspirações dos reis franceses ao controle dos portos holandeses, cf. LUCAS, Henry S. *The Renaissance and the Reformation*. Nova York, 1934, p. 461-464.

Isabel, da Espanha. Dessa união nasceu Carlos V, cujo nome está inextricavelmente ligado à história da igreja e da nação holandesa. Em sua época, ele foi o mais poderoso governante da Europa.³

O controle sobre os Países Baixos, com sua vantajosa localização no mar e seus vastos recursos financeiros, permitiu-lhe dominar o cenário político e, assim, também socorrer a Igreja Católica Romana, que estava perdendo sua influência sobre muitas nações. Na época, ele deixou em herança seu vasto império para seu filho, Filipe II, em 1555, e tudo o que hoje pertence aos reinos dos Países Baixos e da Bélgica juntos, e algumas regiões do norte da França, exceto as dependências do bispo de Liege, estava politicamente consolidado. Para obter isso ele prometeu manter os direitos e privilégios que as áreas locais tinham desfrutado por séculos. Assim, foi alcançado um equilíbrio entre uma monarquia fortemente centralizada e uma grande medida de autogoverno local. Nas províncias, ele designou representantes (chamados “Stadholders”) nomeados entre os príncipes. Eles deviam promover a autoridade do rei e defender os direitos do povo. Assim, enquanto os objetivos de ambas as partes puderam ser alcançados razoavelmente, a estabilidade da ordem política foi assegurada.

Muito dessa consolidação política aconteceu quando a Europa estava em efervescência por causa do surgimento da Reforma. Como filho dedicado da Igreja Católica Romana e defensor da monarquia absolutista, Carlos V tomou medidas no início de seu reinado para reprimir toda inclinação para tolerar ou propagar a heresia do protestantismo.⁴ Isso pode ter tido alguma esperança de sucesso entre seus súditos espanhóis ou austríacos, mas só podia terminar em uma oposição amarga e prolongada entre os holandeses, amantes da liberdade. Para eles, seus editos contra a heresia eram não apenas um ataque aos direitos individuais, mas violavam os privilégios cívicos e políticos que tinham sido solenemente garantidos a eles.

Por várias razões, nenhuma rebelião aberta levou à independência durante seu reinado. Carlos sempre foi considerado por muitos populares como mais holandês que espanhol. Além disso, muitos de seus editos não eram exageradamente impostos.⁵ O protestantismo, durante os primeiros anos, também não

³ Sobre o importante papel desempenhado por Carlos V, cf. ELTON, G. R. *Reformation Europe 1517–1559*, p. 35-52, 239-267.

⁴ Desde o início de seu reinado, Carlos V foi determinado em conter a heresia. Contudo, como Preserved Smith relata em seu *The Age of the Reformation* (Nova York, 1920), p. 242-243, muitas pessoas “defendiam as opiniões de Lutero”, mas sem romper abertamente com a Igreja Católica Romana e se organizarem como igrejas protestantes. O primeiro édito contra a heresia data de 1520, publicado no ano seguinte.

⁵ Isso é verdade até mesmo sobre o formidável édito de 1550, que, além de proibir a leitura e a posse de livros religiosos não aprovados, a realização de serviços religiosos fora da igreja, etc., chegou a decretar:

Além disso, proibimos que todos os leigos conversem ou debatam sobre a Sagrada Escritura, aberta ou secretamente, especialmente sobre qualquer assunto duvidoso ou difícil, ou que leia, ensine ou exponha a Escritura, a menos que tenha devidamente estudado Teologia e sido aprovado por alguma universidade renomada [...].

era um movimento com forte liderança. E o rei não estava isento de ter uma visão pragmática da situação de tempos em tempos. Não podia ser negado que ele estava sempre profundamente interessado na prosperidade daquelas terras, ainda mais quando seus muitos envolvimento militares exigiam enormes investimentos que podiam ser levantados nos Países Baixos. Durante suas perseguições, muitos foram obrigados a buscar refúgio em outras terras por algum tempo. No entanto, essas pessoas foram apenas precursores de uma política que levaria aquelas terras à beira da ruína.

Quando Filipe II assumiu o governo daqueles territórios que já tinham dado muitos lucros, ele revelou uma relutância muito maior em ser condescendente.⁶ Em seu governo, foram introduzidas tropas estrangeiras juntamente com a Inquisição Espanhola para alcançar uma unidade religiosa que todos os letrados de seu pai tinham fracassado em assegurar. Agora a maior parte do povo – independentemente de sua posição social ou filiação religiosa – se levantou em rebelião. Assim, dentro de dez anos depois de sua ascensão ao poder, a guerra de independência irrompeu em 80 anos de fúria.⁷ Durante as primeiras décadas dessa luta, a igreja reformada foi organizada e reconhecida como rebelião da terra, e o povo holandês se tornou uma nação livre entre as outras nações do mundo.

Os primeiros anos da Reforma

O surgimento do protestantismo nos Países Baixos se distingue, em vários aspectos, do que ocorreu nas terras vizinhas. Aqui não havia um líder de destaque para reunir o povo em torno de um estandarte. Muito menos encontramos a Reforma inaugurada ou encorajada por autoridades políticas. Em vez disso, ela se desenvolveu gradualmente entre as massas, que ouviam o ensino e a pregação de indivíduos insatisfeitos com as condições da igreja.

Que tais perturbadores da tranquilidade geral sejam executados, a saber: os homens pela espada e as mulheres, enterradas vivas, se não persistirem em seus erros; se persistirem neles, devem ser executados com fogo; todas as suas propriedades, em ambos os casos, serão confiscadas pela Coroa.

Citado por STEARNS, Raymond P. *Pageant of Europe: Sources and Selections from the Renaissance to the Present Day*. Nova York, 1947, p. 166. Este foi o édito, porém, que foi renovado e reforçado por Filipe II cinco anos depois.

⁶ Sobre Filipe II, cf. PRESCOTT, Wm. H. *History of the Reign of Philip II*, 3 vols. Nova York, 1855–1858, esp. o vol. II, livro 2; também Motley. *op. cit.*, vol. 1, p. 422, 531, sobre a duplicidade de Filipe ao lidar com os Países Baixos e a evidência documental para isso, que é encontrada em sua carta ao anúncio papal.

⁷ As datas dessa guerra, geralmente chamada de Revolta Holandesa, são de 1568 a 1648, quando a Paz de Vestfália alcançou um equilíbrio de poder na Europa e marcou o fim das ferozes guerras religiosas que tinham devastado o continente por mais de um século. Uma trégua de 12 anos entre a Espanha e os Países Baixos foi assinada em 1609, mas essa paz não foi tranquila. Durante esse período, a controvérsia arminiana alcançou sua crise e foi resolvida pelo Sínodo de Dort. Sobre o primeiro período dessa guerra, cf. GEYL, Pieter. *The Revolt in the Netherlands 1559–1609*. Londres, 1932.